DECRETO Nº 2.574, DE 10 DE OUTUBRO DE 2024.

“HOMOLOGA PLANO DE CONTINGÊNCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL - PLACON”.

CLEVSON RODRIGO FREITAS, Prefeito Municipal de Jaborá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que a Lei lhe confere, e amparado nos termos da Lei 12.608/2012, de 10 de abril de 2012:

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o Plano de Contingência da Assistência Social constante em anexo.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jaborá/SC, em 10/Outubro/2024.

CLEVSON RODRIGO FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 10/10/2024

DAVI ANTONIO CHIOCHETTA RODRIGUES
Secretário Municipal de Administração

PLANO DE CONTINGÊNCIA

PLANCON - AS



JABORÁ - SC

PLANO DE CONTINGÊNCIA ASSISTÊNCIA SOCIAL

PLANCON ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ativação das estruturas de Assistência Social em situações de eventos adversos

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Versão atual: 1.0 **Data de publicação: ___/___/____**

JABORÁ - SC

EVENTOS SEVEROS

Hidrológicos, Climatológicos, Movimentação de Massa e Incêndios Florestais

Outubro, 2024.

Plano de contingência aplicável a situações de emergências e de calamidade pública no município de Jaborá – SC.

Equipe responsável pela elaboração e implementação do plano:

CLEVSON RODRIGO FREITAS
Prefeito Municipal

CARLOS LUIZ CASSIANO
Vice Prefeito

ADRIANA MASSON RODRIGUES
Secretaria De Desenvolvimento Social

Membros da equipe:
Raiane Toigo
Carla Cristina Toniello Toigo
Silvania Pintro
Terezinha Melania de Souza da Luz Santin
Alessandra Begnini
Marli da Silva

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 9
2. PÚBLICO-ALVO 12
3. OBJETIVOS 13
3.1 Objetivo geral 13
3.2 Objetivos específicos 13
4. DIAGNÓSTICO DO TERRITÓRIO E CENÁRIOS DE RISCO 15
4.1 Caracterização do município 15
4.2 Vulnerabilidade Social decorrente de emergências e calamidade pública 18
4.3 Territórios mais vulneráveis 20
5. CENÁRIOS DE RISCO 24
5.1 Cenário referente a eventos hidrológicos 24
5.2 Cenário de risco para movimentação de massa 26
5.3 Cenário de risco para incêndio florestal 28
5.3.1 Intensidade de incêndio florestal 29
5.3.2 Recorrência de incêndios área 01 30
MAPA DA ÁREA 01 30
LOCAIS PRIORITÁRIOS DA ÁREA 01 31
5.4 Ameaça(s) 31
5.5 Vulnerabilidades 32
5.6 Capacidades instaladas/ a instalar 33
6. CICLOS DE GESTÃO E FASES MOBILIZAÇÃO/AÇÃO 35
6.1 Estágio Verde – (normalidade) 39
6.2 Estágio Amarelo – (mobilização) 39
6.3 Estágio Laranja – (atenção) 40
6.4 Estágio Vermelho – (crise) 40
6.5 Estágio Azul – (recuperação) 41
7. ATIVAÇÃO DO PLANO DE CONTINGÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL 42
8. GOVERNANÇA E OPERACIONALIZAÇÃO DA RESPOSTA 44
8.1 Diretrizes, dinâmicas e ações operacionais (DAOP) 45
8.1.1 – Plano de Ação do Estágio Verde (normalidade) 45
8.1.2 – Plano de Ação do Estágio amarelo 50
8.1.3 – Plano de Ação do Estágio Laranja 51
8.1.4 – Plano de Ação do Estágio Vermelho 52

8.1.5 – Plano de Ação do Estágio Azul 58
8.1.6 – Plano de Ação para comunicação 59
9. UNIDADE DE GESTÃO OPERACIONAL - UGO (COORDENAÇÃO DE CRISE) 61
10. MAPEAMENTO DOS ABRIGOS TEMPORÁRIOS 62
REFERÊNCIAS 63
ANEXOS 64
Anexo 1: Formulário 64
Anexo 2: Planilha de controle de doações (entrada) 68
Anexo 3: Planilha de controle de doações (saída) 69
Anexo 4: Formulário para *google forms* cadastro de entidades 70

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Vulnerabilidades em cenário de risco 32
Tabela 2: Capacidades instaladas e a instalar..... 33
Tabela 3: Estrutura de gestão operacional 61

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de localização de Jaborá - SC 18
Figura 2: Área de risco 01 24
Figura 3: Área de risco 2 25
Figura 4: Área de risco 3 26
Figura 5: Mapa da área 01 30

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Quantidade de crianças e adolescentes 19
Gráfico 2: Quantidade de pessoas idosas 20
Gráfico 3: Ocorrências de desastres naturais em SC 32

1. INTRODUÇÃO

O papel da Assistência Social no contexto das emergências envolve um conjunto de ações antes, durante e após uma emergência e, também, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Os eixos estratégicos para as situações de Emergência são: Gestão Legal, Administrativa e Orçamentária; Vigilância Social; Trabalho Social com Famílias e Indivíduos; Benefícios Socioassistenciais e Transferência de Renda; Acolhimento; Articulação e Intersetorialidade. (Informe CNAS nº1/2021).

Ao longo dos anos, o SUAS tem sido chamado a atuar em diferentes contextos de emergência, sendo que na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, estabelecido na Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, foi criado o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências. Esse serviço tem a missão de promover o apoio e a proteção à população atingida por situações de emergência e calamidade pública, assegurando a realização de articulações e a participação em ações conjuntas de caráter intersetorial, para minimizar os danos ocasionados e o provimento das necessidades verificadas.

A diversidade de eventos hidrológicos, geológicos, climáticos e meteorológicos que atingem Santa Catarina, gerando diversas situações de emergência, exigem um esforço cada vez mais estruturado da Política de Assistência Social para o atendimento rápido, eficaz e eficiente de um número crescente de famílias e indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco. Isso impacta diretamente no acréscimo de demandas por serviços e benefícios, nas seguranças de apoio e auxílio e nas seguranças de renda e de acolhida.

Essas emergências exigem da Assistência Social e Habitação ações de atendimento da população afetada com a oferta de serviços de proteção social básica e especial e garantia de direitos fundamentais necessários à sobrevivência durante e após a situação de emergência. Dessa forma, o trabalho socioassistencial desenvolvido com as famílias, comunidades e indivíduos ultrapassa a dimensão primeira do atendimento imediato nessas circunstâncias, devendo ir além e focando na garantia das seguranças socioassistenciais, a

partir da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios nos territórios. O fato desses fenômenos envolverem o desencadeamento ou agravamento de situações de vulnerabilidade, riscos sociais e outras formas de violação de direitos, faz com que a resposta da Assistência Social repercuta em ações de ambas as proteções (básica e especial) e na totalidade de seus serviços, programas, projetos e benefícios (INFORME CNAS n.01/2021, p.29).

Considerando que o Sistema Único de Assistência Social não pode se eximir de sua responsabilidade nos contextos de eventos adversos e/ou desastres diversos e que, atuando junto a outras políticas e setores, deve resguardar a sua especificidade, bem como estabelecer as atribuições e as responsabilidades específicas dos gestores e trabalhadores municipais e estaduais, se julga fundamental e urgente estabelecer uma ferramenta de gestão de desastres (PlanCon) que prepare esses gestores e profissionais para a necessária agilidade quando da ocorrência de eventos adversos, fazendo conexões com os Planos Municipais de Contingência, o Plano Plurianual de Assistência Social e o PPA Municipal.

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social é responsável pela garantia da proteção social a quem dela precisar e pela promoção da cidadania, por meio da implementação do Sistema Único da Assistência Social. Desenvolve serviços, programas, projetos e ações de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, voltados para diferentes públicos: crianças e adolescentes, vítimas de violência e maus-tratos, idosos, pessoas com deficiência e população de rua. O órgão também responde pelo desenvolvimento das ações de Segurança Alimentar e Nutricional e pela Defesa Civil.

O Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil (PLANCON-PDC) é um instrumento de planejamento e preparação de resposta a eventos adversos de quaisquer tipos, previsto na Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (Lei n° 12.608/2012). No Plano registra-se as capacidades de enfrentamento, como, por exemplo, os recursos humanos a mobilizar (com responsáveis técnicos e legais), sendo público ou privado ou não governamental e os recursos materiais a utilizar. O Plano deve prever a instalação de uma coordenação operacional (gabinete ou sala de crise), incluindo questões de comunicação, protocolos

operacionais para gestão do evento adverso/desastre de acordo com as ameaças, cenários de risco, níveis de risco/prontidão e definição das dinâmicas e ações táticas e operacionais a implementar em cada um desses níveis, quando da iminência ou ocorrência do evento adverso a que o(s) cenário(s) de risco(s) alude(m). Os planos de contingência deverão em princípio ser elaborados em fase de normalidade (antes da ocorrência do evento adverso), isto é, na preparação.

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Desenvolvimento Comunitário de Jaborá/SC, face às constantes ameaças, e tendo em conta a sua responsabilidade perante à comunidade de usuários, elaborou o presente PLANO DE CONTINGÊNCIA (PLANCON-AS). O Plano está alinhado com as metodologias para elaboração de Planos de Contingência da Defesa Civil de Santa Catarina e as orientações nacionais e internacionais (SEDEC, Marco de Sendai, Diretrizes da Política de Assistência Social).

O Plano de Contingência da Assistência Social, a partir dos cenários de risco e das vulnerabilidades identificadas, define estratégias, ações e rotinas para o enfrentamento de eventos adversos, incluindo o retorno seguro das atividades administrativas e de convivência.

As ações que passam a ser demandadas por essa política pública são: reorganizar os serviços, programas, projetos e benefícios já executados, conforme marcos legais - LOAS, PNAS, NOB SUAS, NOB RH, Portarias do Ministério da Cidadania e da SDS/SC, Orientações da CNM, do CONGEMAS, da Frente Nacional em Defesa do SUAS e Orientação Técnica do Grupo de Apoio à Execução n. 17/2020 do MP/SC. (Orientações FECAM).

O conjunto de medidas e ações aqui apresentado deverá ser aplicado de modo articulado, em cada fase da evolução dos eventos adversos. Destaca-se, a importância do Plano ser elaborado de forma democrática, participativa e ser submetido à apreciação e aprovação pelo Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, enquanto espaço de controle social. (Orientações FECAM).

2. PÚBLICO-ALVO

A população atendida pelos serviços e benefícios socioassistenciais são todos os cidadãos que dela precisam, o que pode ocasionar aumento significativo da demanda quando da ocorrência de desastres. Em especial, considera-se os grupos de populações mais vulneráveis que podem ser classificados em sete categorias e que em uma situação de emergência e calamidade podem ficar ainda mais vulneráveis. São eles:

1. Crianças;
2. Adolescentes;
3. Mulheres;
4. Idosos;
5. Pessoas com Deficiência ou que estejam passando por algum sofrimento mental;
6. População de Rua;
7. Comunidade LGBT (Gays, Bissexuais, Lésbicas, Transexuais, Travestis).

Além dos grupos mencionados acima, considera-se ainda o chamado "grupo invisível'': são pessoas que não tem nenhum registro no cartório ou documentos (RG, CPF e Carteira de Trabalho). Além desses, podemos citar os moradores que vivem em áreas de risco e outras populações expostas a condições insalubres sem condições de acesso aos direitos básicos à saúde, à assistência e à seguridade social; grupos que estão em situações não-dominantes no Estado: remanescentes, ciganos, quilombolas e índios os quais possuem religião e culturas próprias que devem ser consideradas em casos de eventuais contingências.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

Fortalecer os processos de governança dos serviços, programas, projetos e benefícios, definindo estratégias, ações e rotinas de atuação para o enfrentamento dos eventos adversos, buscando garantir a segurança da comunidade e das famílias, indivíduos e grupos no âmbito da proteção social básica, proteção de média e alta complexidade, integrando-se com outras políticas como a de proteção e defesa civil, saúde, educação e outras.

3.2 Objetivos específicos

a. Atuar de forma intersetorial e promover integração da rede, com objetivo de agilizar e dar transparência aos processos quando ocorrem eventos adversos, garantindo os direitos básicos do cidadão;
b. Implementar as ações de resposta e recuperação, em cada fase, abrangendo todas as atividades dos serviços;
c. Identificar comunidades afetadas, orientando/encaminhando para que de imediato possam usufruir de apoio dos serviços de assistência social e por parte outros serviços, evitando ou restringindo situações de vulnerabilidade;
d. Assegurar a continuidade da missão assistencial, estabelecendo estratégias e metodologias adaptadas, buscando inclusão, qualidade e equidade no atendimento dos usuários;
e. Garantir condições sanitárias, profissionais e tecnológicas compatíveis com o momento do desastre;
f. Garantir os benefícios eventuais, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural;
g. Identificar os cenários de riscos (com base nas ameaças, território envolvido, vulnerabilidades e capacidades instaladas da instituição de assistência social);
h. Definir as dinâmicas e ações operacionais e adotar os protocolos operacionais específicos, abrangendo as atividades dos serviços, programas, projetos e benefícios ofertados pela política de assistência social;

i. Estabelecer uma Unidade de Gestão Operacional que assegure a implementação das dinâmicas e ações definidas para as diferentes fases;

j. Promover acesso à informação constante de boletins atualizados e outras fontes oficiais sobre a ocorrência de eventos adversos e formas de prevenção;

k. Garantir uma eficiente comunicação interna (com trabalhadores e gestores) e externa (com usuários, familiares, organizações fornecedores e população em geral);

l. Determinar quais recursos necessários para dar uma resposta efetiva e competente, adequada a cada fase de risco/prontidão associada ao evento adverso;

m. Monitorar e avaliar as ações/medidas implementadas, possibilitando ajustes nas estratégias frente aos resultados esperados.

4. DIAGNÓSTICO DO TERRITÓRIO E CENÁRIOS DE RISCO

4.1 Caracterização do município.

A colonização do município de Jaborá teve início por volta dos anos de 1916/1919 quando chegaram as primeiras famílias de origem italiana, vindas do Rio Grande do Sul, pois até então o local era habitado por indígenas.

Nas décadas de 1920 e 1930, pessoas da região colonial italiana do Rio Grande do Sul criaram Firmas Colonizadoras no Meio Oeste Catarinense. Essas firmas faziam intensa propaganda entre as famílias de imigrantes italianos, incentivando a comprarem terras novas de mato e pinhal.

Os representantes dessas firmas acompanhavam os futuros compradores em caminhos onde só se transitava a cavalo. Durante o período entre a compra e a mudança, os proprietários organizavam-se em grupos para visitar as terras, pagar impostos, negociar, etc.

Essas viagens duravam em torno de um a dois meses, entre ida e volta. Às vezes pousavam ao relento, agasalhados apenas com as capas e os pelegos da montaria. Acendiam um fogo para afastar os graxains que se aproximavam para comer os salames que tinham nas bruacas, pois costumavam levar consigo algo para comer pelo caminho, como pão, queijo, salame, vinho, café e etc.

Em geral estavam com duas mudas de montaria, ou seja, dois cavalos ou mulas e iam revezando os animais para não os cansarem demais.

O trajeto, em sua maioria, tinha partida em Nova Trento (Flores da Cunha), seguiam por Antônio Prado, pelos campos de Lagoa Vermelha e Vacaria, Vila Seca, Machadinho, passavam de balsa no Rio Pelotas, Capinzal e, finalmente, Lajeado Bonito ou Sede São Roque (Jaborá).

Os colonizadores eram motivados pela fertilidade das terras e dos imensos pinheirais de araucária que cobriam a região. Com bravura trabalharam arduamente para abrir estradas onde antes havia apenas picadas e enfrentaram até onças enquanto roçavam. Primeiramente, construíram uma casa de madeira simples para poderem morar. Depois, trabalharam de Sol a Sol, derrubando mato

para fazer roças de milho, feijão, trigo, etc. Antes de qualquer coisa, lutaram e trabalharam para conseguir o sustento da família. Os vizinhos que haviam chegado antes ajudavam os recém-chegados fornecendo mantimentos, ajudando nos trabalhos e até fornecendo porcos e novilhas para iniciar criação. Mantinham uma grande amizade, pois muitos se conheciam ainda do Rio Grande do Sul. Assim construíram a primeira vila, onde hoje é a sede do município.

A localidade teve várias denominações, como Rio Bonito ou Lajeado Bonito, Sede dos Poyer, São Roque e, a partir de 1943, definitivamente passou a se chamar Jaborá.

Em 1920 chegaram as peças da primeira serraria hidráulica, trazidas do Rio Grande do Sul por bois para as matas do Rancho Grande. Era a Serraria do Senhor Germano Poyer, que no ano seguinte foi transferida de junto às margens do Rio Bonito para outro local e passou a funcionar com energia de máquina a vapor. Germano Poyer também construiu um moinho e olaria.

No ano de 1922, apresentou-se o primeiro engenheiro, Lauro Rupp, para proceder ao loteamento e à colonização da Vila.

Em 1923 foi inaugurada a capela de São Roque, que era de madeira beneficiada e pintada a óleo. A atual Igreja Matriz São Roque foi construída artesanalmente pelos próprios membros da paróquia sob orientação dos padres franciscanos e teve sua pedra fundamental lançada em 1953, foi coberta em agosto de 1961 e inaugurada em 26 de novembro de 1961. Entretanto, uma das duas torres da igreja permaneceu inacabada até meados de 1980. Somente no final da década de 80 que, com o esforço da comunidade a segunda torre foi concluída.

De 1948 a 1950 ocorreu a construção do Juvenato São Pascoal, também com a participação dos fiéis. Nas missas do domingo na capela, o padre escalava pessoas para trabalhar nas obras ou no transporte de material, como tijolos e areia, com caminhões e carroças. Com o esforço de todo o povo, em 21 meses estava pronto o prédio com dois pavimentos, pátio interno, quatro alas,

capela com torre e dois sinos, uma típica construção de um convento franciscano.

Atualmente, o prédio é considerado patrimônio histórico de Jaborá e utilizado para fins educativos e culturais. Abriga a Escola Básica Municipal Alberto Bordin e o Museu Colonial Nicolaus.

O Distrito de Jaborá, criado pela Lei nº 941 de 31 de dezembro de 1943, foi instalado (ou inaugurado) em janeiro de 1944 com grande festividade, Missa na Capela São Roque.

O Município de Jaborá foi criado em 1963, através da Lei da Câmara Municipal nº 3/63 de 20 de junho de 1963 e pela Lei Estadual nº 915 de 11 de setembro de 1963. O Município foi instalado em 29 de dezembro de 1963. A Lei da Câmara Municipal foi assinada pelo Vereador (Presidente) Dr. Flávio Ernani Barbisan e a Lei da Assembléia Legislativa do Estado foi assinada pelo Deputado Ivo Silveira.

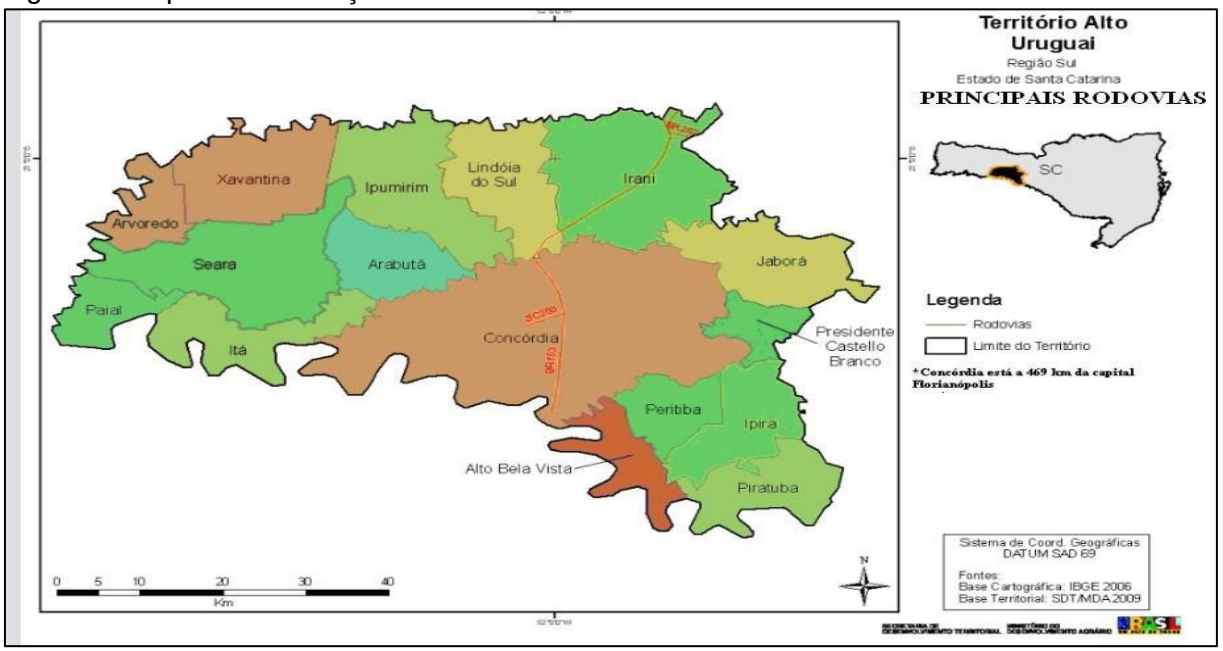
O Processo de Emancipação iniciou com a realização do Plebiscito em 15 de maio de 1963, cujo resultado somou 448 assinaturas a favor. Na época (1960), Jaborá possuía 3.902 habitantes, sendo 551 na sede.

A população estimada de Jaborá, de acordo com o IBGE (2021), para o ano de 2021 é de 3.899 pessoas.

O nome Jaborá vem do tupi-guarani e significa “aquele que faz” (SEBRAE, 2013).

Fonte das informações citadas: “História de Jaborá-SC: Jaborá de Ontem e de Hoje”, de José Maria Bordin.

Figura 1: Mapa de localização de Jaborá - SC



Fonte: AMAUC

O Município de Jaborá possui uma área de 182,483 km² (2022), está situado na região Oeste Catarinense e integra a Associação dos Municípios do Auto Uruguai Catarinense (AMAUC). A População estimada do Município de Jaborá de acordo com dados do IBGE (2022) era aproximadamente 4.310 habitantes. A estimativa populacional para 2024 é de 4.435 habitantes.

4.2 Vulnerabilidade Social decorrente de emergências e calamidade pública

No município de Jaborá as situações de vulnerabilidade social decorrentes de possíveis eventos climáticos ocorrem especialmente, devido ao terreno com rios que se cruzam.

Desta forma, pessoas que devido ao ciclo etário apresentam vulnerabilidades como idosos, crianças, adolescentes, além, de pessoas com deficiências que em situações adversas necessitam de maior amparo social.

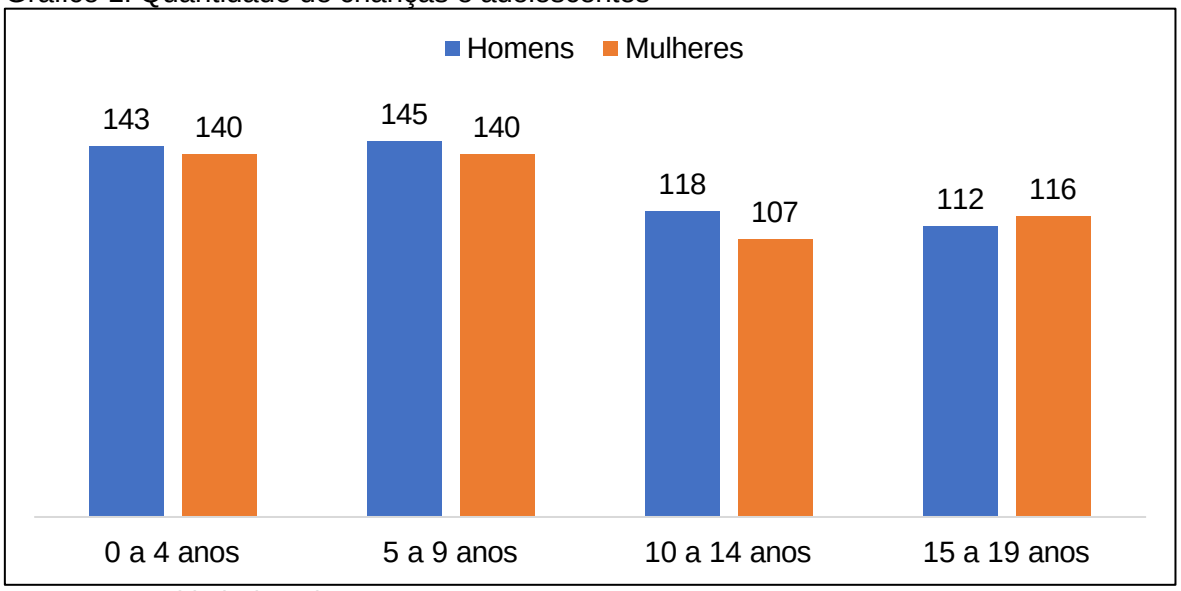
Este cenário torna o município de Jaborá suscetível a desastres geológicos, hidrológicos e meteorológicos, sendo episodicamente atingido, causando significativos prejuízos sociais e econômicos. É necessário que, face

a essas ameaças, as autoridades e a comunidade adotem medidas de preparação e resposta que minimizem os efeitos desses eventos adversos e promovam o bem-estar social.

O município é monitorado pelo Centro Nacional de Monitoramento de Desastres (CEMADEN). Na necessidade de emitir alerta, o Centro Nacional de Gerenciamento de Desastres (CENAD) será avisado e emitirá a informação ao município. A rede de monitoramento hidrometeorológica da Prefeitura Municipal de Jaborá servirá, através dos dados gerados, como instrumento de apoio para a ativação do PLANCON Municipal.

Os dados do IBGE (2023) evidenciam que o município possui um grupo vulnerável conforme gráfico a seguir:

Gráfico 1: Quantidade de crianças e adolescentes

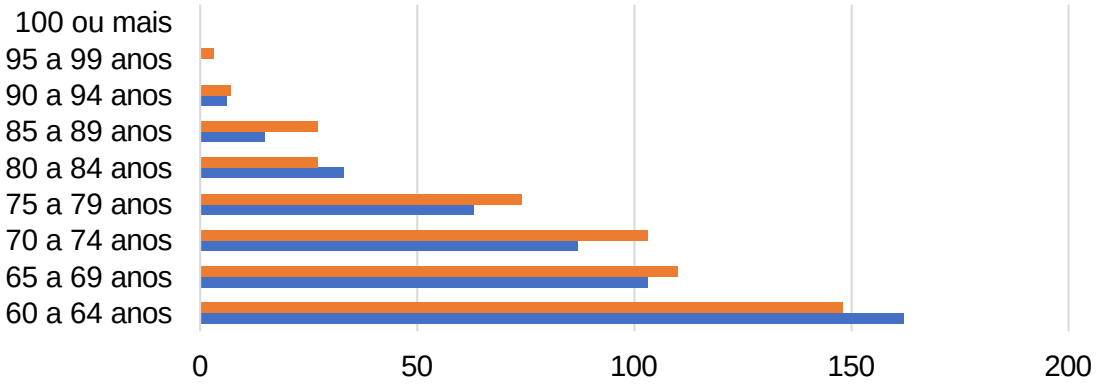


Fonte: IBGE Cidade (2022)

É possível observar dentre o público descrito no gráfico que os dados são de zero a dezenove anos que são os dados estratificados pelo Censo. Tal público soma 1009 homens e 893 mulheres neste ciclo etário.

Ainda, conforme os dados de público mais vulnerável foi possível trazer os idosos conforme gráfico a seguir:

Gráfico 2: Quantidade de pessoas idosas



	60 a 64 anos	65 a 69 anos	70 a 74 anos	75 a 79 anos	80 a 84 anos	85 a 89 anos	90 a 94 anos	95 a 99 anos	100 ou mais
Mulheres	148	110	103	74	27	27	7	3	0
Homens	162	103	87	63	33	15	6	0	0

Fonte: IBGE Cidade (2022)

Diante dos dados podemos constatar o quantitativo de pessoas idosas tidas como vulneráveis em situações de desastres, emergências e calamidades públicas. Neste sentido quantificar este público é importante para que tenham ciência de informações visando otimizar nosso planejamento de ações e respostas.

Sabemos que estas situações não se limitam a camadas sociais específicas, mas a vulnerabilidade aos desastres está diretamente relacionada aos aspectos socioeconômicos, culturais e ambientais em que grupos mais vulneráveis como crianças, idosos, gestantes e pessoas com deficiência, e, de maneira geral, famílias sem situação de pobreza, são afetadas de maneiras diferentes por estes eventos.

4.3 Territórios mais vulneráveis

Para a Política de Assistência social é importante considerar que sua atuação se define a partir de situações de calamidades públicas e emergências socioassistenciais possibilitando a oferta de serviços e benefícios para pessoas afetadas temporária ou definitivamente por estes eventos. A questão de

destaque para o enfrentamento destas situações, encontra-se ancorada na análise da dimensão social na ocorrência dos desastres e situações de emergência.

Atuar frente a estas situações constitui-se num grande desafio para a Assistência Social. Não raro, percebemos que muitas famílias têm ocupado áreas suscetíveis a desastres, e a vulnerabilidade a eles está relacionada, entre outros fatores, ao processo de segregação socioespacial, portanto, refere-se à desigualdade social e consequentemente, ao déficit de moradias. O acesso à moradia digna representa uma luta constante no âmbito das questões relativas a riscos e desastres, envolvendo aspectos jurídicos, sociais, econômicos, culturais, políticos, éticos e ambientais.

Podemos classificar os eventos geradores de emergências socioassistenciais em três categorias distintas: fatores físicos e ambientais (climáticos, geográficos), fatores socioeconômicos e fatores políticos, administrativos, organizacionais (regulação, fiscalização de políticas ambientais, urbanas e de proteção civil), este último, por exemplo, podendo ocasionar as situações de remoção de famílias de áreas consideradas de risco, por prevenção ou determinação do Poder Judiciário.

Em se tratando de território de risco, muitas destas famílias são culpabilizadas por estarem em moradias de risco e não é analisado o contexto em que elas se encontram. O território precisa ser visto como um espaço dinâmico de produção das relações sociais que sofre influência direta e da mesma forma influencia a vida de cada família que ali encontra abrigo e sustento.

A maioria destes espaços são rapidamente ocupados por facilitar o acesso a bens e serviços (precário ou não), as atividades remuneradas (formais e informais), bem como uma rede mínima de apoio formada por laços afetivos e comunitários que se sustentam na perspectiva de pertencimento social. A resistência em sair destas áreas aponta, no mínimo, às grandes dificuldades de sobrevivência em outros territórios, tensões, enfrentamentos e disputas.

> O valor do indivíduo depende, em larga escala, do lugar onde está, já o vimos. Em nosso país, o acesso aos bens e serviços essenciais, públicos e até mesmo privados é tão diferencial e contrastante, que uma grande maioria de brasileiros, no campo

> e na cidade, acaba por ser privada desses bens e serviços. Às vezes, tais bens e serviços simplesmente não existem na área, às vezes não podem ser alcançados por questão de tempo ou de dinheiro (SANTOS, 2012:190)

Para Pizzio e Silva (2016), essas perspectivas demonstram um cenário onde o risco, a vulnerabilidade e a pobreza encorpam um pano de fundo precário da garantia de direitos nos territórios, além de darem embasamento para a compreensão de um entendimento que caracteriza o território vulnerável. Desta forma, é no território que são produzidas as necessidades dos cidadãos, onde os direitos são negados ou assegurados.

Se para estes grupos que vivenciam, as situações acima relatadas suas condições de vida as tornam extremamente vulneráveis, há um outro grupo que ultrapassa todos os limites da extrema pobreza, insalubridade, ausência quase que total de laços familiares e rede de apoio, atreladas a vulnerabilidade locacional, como afirma Valencio,2010.

> O contexto socioambiental de vivência do grupo, no geral, recrimina-o, culpabilizando-o por sua destituição e tudo faz para que sua presença na cena seja efêmera. Como coisa fora do lugar e impura, o meio envolvente, numa ética disciplinar, destrói, desmonta e desfaz as possibilidades de reprodução das práticas que garantem a sobrevivência do grupo erodindo, por conseguinte, os sentidos ancorados nas paisagens e nas relações, sempre fugidias. VALENCIO (2010:53)

Na perspectiva de reconhecimento dos impactos destes eventos e das múltiplas necessidades que as famílias apresentam no momento das ocorrências, sem dúvida, a preservação e garantia dos direitos humanos tem se tornado a maior delas. As ações de proteção social e defesa civil precisam chegar até as famílias de maneira rápida e eficaz.

De acordo com Furtado e Silva (2014), as perdas são inúmeras e sinalizam as dificuldades para se recuperar e restabelecer suas condições de vida e desta muitos podem ser os aspectos elencados que retratam os principais impactos e necessidades das famílias em virtude destes eventos.

- Inexistência de planos de recuperação pós-desastre, que atenda de forma célere as demandas das comunidades afetadas;
- Dificuldade no acesso à informação por parte da população afetada e insuficiência de canais de comunicação;

- Despejo de famílias e realocação forçada;
- Uso inadequado dos recursos para a resposta ao desastre, por falta de consulta à população afetada e uso inadequado dos programas disponíveis para atendimento às pessoas afetadas;
- Denúncias de violência, maus-tratos e de exploração de crianças, adolescentes e mulheres em situação de abrigo ou nas áreas de reassentamento;
- Pagamento de valores de auxílio aluguel e de indenizações baixos e insuficientes para que as pessoas afetadas possam adquirir moradia no mesmo padrão e na mesma região;
- Insuficiência na prestação do atendimento em saúde mental da população afetada;
- Aumento na demanda por uso de ansiolíticos (tranquilizantes), do consumo de bebidas alcóolicas e de outras drogas por parte da população afetada por desastre;
- Insuficiência na oferta do serviço de saúde ou oferta do serviço em situação precária em decorrência do desastre;
- Pessoas abrigadas por tempo demasiado (mais de três anos) em locais inadequados (exemplo: barracas de lona

Os cenários ou áreas de risco estão previamente definidas em mapas com ou sem setores designados por polígonos. Cada cenário de risco contém as informações que o caracterizam para servir de subsídio no planejamento das ações de preparação e resposta, bem como para dimensionar os recursos necessários para executá-las (Fonte: Defesa Civil de Jaborá – SC)

5. CENÁRIOS DE RISCO

5.1 Cenário referente a eventos hidrológicos

Área de Risco 01: Rua Gumercindo Poyer - Rua Lauro Rupp – Centro, Jaborá/SC.

Figura 2: Área de risco 01



Fonte: Defesa Civil Placon Jaborá - SC

Informações Gerais:

- Grau de Risco: Alto;
- Descrição: Áreas sujeitas a alagamento na ocorrência de altas precipitações ao longo do Rio Bonito.

População Exposta e Afetada:

- Idosos: 16
- Crianças: 07
- Adolescentes: 02
- Adultos: 23
- Portadores de Necessidades Especiais: 00
- População Ocasional: 30

Tipificação da Área de Vulnerabilidade:

- Instalações Comerciais: 02
- Igreja: 01
- Casas: 21
- Instalações Agrícolas: 00

Serviços Essenciais Atingidos:

- Segurança: 00
- Educação: 00
- Saúde: 00

Área de Risco 2: Rua Gumercindo Darold - Trav. Itamar - Rua Sete de Setembro - Rua Santa Terezinha-Centro, Jaborá/SC.

Figura 3: Área de risco 2



Fonte: Defesa Civil Placon Jaborá - SC

Informações Gerais:

- Grau de Risco: Alto.
- Descrição: Áreas sujeitas a alagamento na ocorrência de altas precipitações ao longo do Rio Lageado Honorato.

População Exposta e Afetada:

- Idosos: 07
- Crianças: 08
- Adolescentes: 01
- Adultos: 14
- Portadores de Necessidades Especiais: 01
- População Ocasional: 05

Tipificação da Área de Vulnerabilidade:

- Instalações Comerciais: 00
- Casas: 11
- Instalações Agrícolas: 00

Serviços Essenciais Atingidos:

- Segurança: 00
- Educação: 00
- Saúde: 00

5.2 Cenário de risco para movimentação de massa

Área de Risco 3: Rua São José-Travessa São Roque – Centro, Jaborá/SC.

Figura 4: Área de risco 3



Fonte: Defesa Civil Placon Jaborá - SC

Informações Gerais:

- Grau de Risco: Alto;
- Descrição: Área sujeita a movimentação de massa quando na ocorrência de altas precipitações por um período prolongado.

População Exposta e Afetada:

- Idosos: 00
- Crianças: 00
- Adultos: 03
- Portadores de Necessidades Especiais: 00
- População Ocasional: 00

Tipificação da Área de Vulnerabilidade:

- Instalações Comerciais: 00
- Casas: 01
- Instalações Agrícolas: 00

Serviços Essenciais Atingidos:

- Segurança: 00
- Educação: 00
- Saúde: 00

Área de Risco 4: Rua Antônio João Toscan – Centro, Jaborá/SC.



Fonte: Defesa Civil Placon Jaborá - SC

Informações Gerais:

- Grau de Risco: Muito alto;
- Descrição: Área sujeita a movimentação de massa quando na ocorrência de altas precipitações por um período prolongado ao longo do Rio Bonito.

População Exposta e Afetada:

- Idosos: 06
- Crianças: 01
- Adolescentes: 01
- Adultos: 12
- Portadores de Necessidades Especiais: 00
- População Ocasional: 03

Tipificação da Área de Vulnerabilidade:

- Instalações Comerciais: 00
- Casas: 08
- Instalações Agrícolas: 00

Serviços Essenciais Atingidos:

- Segurança: 00
- Educação: 00
- Saúde: 00

5.3 Cenário de risco para incêndio florestal

A vegetação original predominante é remanescente de Floresta Ombrófila Mista ou Mata de Araucárias, representada pelo pinheiro brasileiro (araucária), bracatinga, erva-mate, canelas, etc. Associada à Floresta Ombrófila Mista existem formações vegetais da Floresta Decidual ou Estacional, representadas pelo angico-vermelho, louro-pardo, canelas, cambuatás, etc. A predominância de cobertura vegetal na área de risco são florestas plantadas de pinus e eucaliptos.

O relevo predominante é ondulado a montanhoso com altitude entre 600 metros a 900 metros. O grau de combustibilidade da área de risco é considerado alto, já que os reflorestamentos de pinus e eucaliptos geram grande quantidade de resíduos serapilheira. Em períodos de estiagem esses resíduos de serapilheira das florestas nativas e reflorestamentos, principalmente de pinus, são materiais de alta combustibilidade, com riscos elevados de incêndios principalmente nas áreas próximas de residências e estradas.

5.3.1 Intensidade de incêndio florestal

O incêndio florestal aumenta com o maior volume de combustíveis leves, uniformidade dos combustíveis, continuidade horizontal, baixa umidade, aclives à frente, ventos fortes, baixa umidade relativa do ar e alta temperatura.

O incêndio diminui com menor volume de combustíveis leves, materiais combustíveis não uniformes, descontinuidade horizontal, maior umidade dos combustíveis, declives a frente do incêndio, ventos fracos, alta umidade relativa do ar, baixa temperatura do ar.

A área de risco de incêndios possui predominantemente combustíveis leves, regulares até medianos, ou seja, predominam folhas, ervas, galhos e caules de diâmetro até 75 mm. Estas características, aliadas ao aclive à frente tornam a intensidade do incêndio florestal maior. Tal situação é configurada devido às florestas plantadas de pinus e eucaliptos.

Os incêndios florestais causam grandes impactos ambientais e mesmo sociais, pois colocam em perigo todos os que moram ao redor da área incendiada. Estes eventos ocorrem principalmente, quando existe uma baixa umidade no município e ventos fortes, agravado pelo uso inadequado do solo e por ações antrópicas, justificando, desta forma, a existência deste plano, com objetivo de delinear medidas preventivas, de resposta, assistenciais e recuperativas.

SITUAÇÃO: A área de risco no município de Jaborá possui uma área de 3.600 há (hectares) e está situada na região norte do município, divisa com Irani

e Catanduvas. Compreende parte das comunidades de Lageado Colônia, São Lourenço, Fazenda São Lourenço, Vista Alegre, Santa Lúcia, Serraria Brancher, Pasta Brancher e São João do Jacutinga. Compreende áreas de matas nativas remanescentes e reflorestamentos de pinus e eucaliptos. Estas áreas são pouco habitadas, sendo que existem 16 famílias residindo dentro da área, totalizando 65 pessoas.

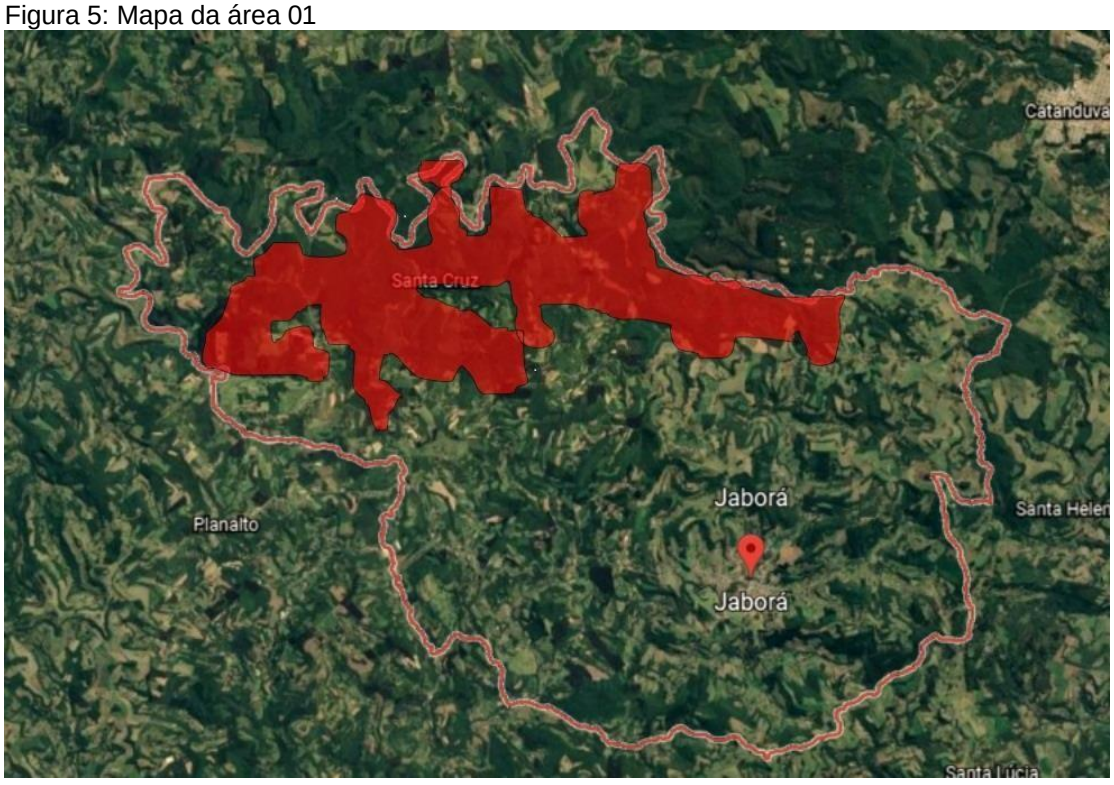
5.3.2 Recorrência de incêndios área 01:

Na área não ocorreram incêndios de médias ou grandes proporções. Já ocorreram princípios de incêndio, felizmente controlados em tempo.

O período de maior propensão a incêndios nesta área são períodos de estiagem prolongada, as quais ocorrem no verão e outono/inverno principalmente. As altas temperaturas e intensidade dos ventos aumentam o risco.

MAPA DA ÁREA 01:

Figura 5: Mapa da área 01



Fonte: Defesa Civil Placon Jaborá - SC

LOCAIS PRIORITÁRIOS DA ÁREA 01:

Na área de risco a incêndios foram definidas 03 pontos onde as equipes de combate ao incêndio ficariam sediadas: Ponto 1.1 – Pavilhão Comunitário da Comunidade de Lageado Colônia; Ponto 1.2 – Pavilhão Comunitário da Linha Serraria Brancher; Ponto 1.3 – Pavilhão Comunitário da Linha São João do Jacutinga.

Os pontos prioritários de combate aos incêndios são nas proximidades das residências inseridas na área de risco, na Sede das comunidades de Linha Serraria Brancher, Pasta Brancher e Linha São João do Jacutinga.

5.4 Ameaça(s)

As principais ameaças que o plano de contingência visa dar resposta são:

1. de origem natural: geológico (deslizamentos, movimentos de massa), hidrológico (inundação, enxurrada, alagamento), meteorológica (chuva intensa, vendaval, granizo, frio intenso, tempestade), climatológica (seca, estiagem, incêndios florestais), biológica (vírus e bactérias);
2. tecnológicas: (incêndios em conglomerados urbanos, vazamentos de produtos perigosos);
3. sociais: (greves gerais, atos terroristas, crises humanitárias, refugiados, imigrantes, etc). As ameaças naturais estão presentes com maior frequência e com magnitude e intensidade cada vez maiores, por isso é preciso perceber todos os riscos. No Estado de SC, os eventos com maior recorrência são apresentados na figura abaixo.

Conforme dados da Defesa Civil de Santa Catarina as ocorrências de desastres naturais mais recorrentes no estado são:

Gráfico 3: Ocorrências de desastres naturais em SC



Gráfico - Percentual dos desastres naturais mais recorrentes no Estado de Santa Catarina, no período de 1991 a 2021. Fonte: Organização adaptado de Atlas Digital (2022).

Essas ameaças somadas as vulnerabilidades e ausência de capacidades de enfrentamentos podem gerar crises sem precedentes e tornar um evento adverso em desastre.

5.5 Vulnerabilidades

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Desenvolvimento Comunitário, toma em consideração as seguintes vulnerabilidades, na definição de seu cenário de risco.

Tabela 1: Vulnerabilidades em cenário de risco

Natural	Intrínseca aos próprios limites ambientais da vida
Física	Localização em zonas suscetíveis a ameaças e/ou deficiência das estruturas físicas para absorver os impactos.
Econômica	Dependência econômica, ausência de investimento, falta de diversificação da base econômica, desigualdade social, pobreza que estão distribuídas em todo território municipal, especialmente nas XXXXXXXX.
Social	Baixo grau de organização e coesão interna para prevenir, mitigar e responder a situações de desastre.

Cultural	Expressa na forma como indivíduos se veem, como os meios de comunicação veiculam imagens estereotipadas sobre o meio ambiente e os desastres.
Educacional	Ausência de programas de educação no tema; grau de preparação da população para enfrentar situações de desastre.
Institucional	Refletida na obsolescência e rigidez das instituições; na prevalência de decisões políticas sobre critérios técnico-científicos; no predomínio de critérios personalistas na tomada de decisão etc.

Fonte:Wilches-Chaux (1993), adaptado por Dutra (2011) in GIRD+10: caderno de Gestão Integrada de riscos e de desastres, 2021, p. 13

5.6 Capacidades instaladas/ a instalar

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Desenvolvimento Comunitário, considera já ter instaladas e a instalar as seguintes capacidades:

Tabela 2: Capacidades instaladas e a instalar

	Capacidades instaladas	**Capacidades a instalar**
1.Capacidades Técnicas e Operacionais ou técnico-científicas	a) capacidade técnica das equipes envolvidas, em especial, quanto ao seu âmbito específico de atuação.	a) necessidade de Capacitação/treinamento geral das equipes em diversos aspectos; b) constituição das Comissões dos Serviços; c) treinamentos sobre a elaboração do PlanCon, incluindo simulados; d) estabelecer fluxos de encaminhamento.
2. Capacidades Gerenciais ou de Gestão	b) participação no Comitê de Crise Municipal para planejamento e elaboração de diretrizes, plano de contingência e futuras ações.	a) realização de simulados de mesa com a participação das coordenadorias regionais (colegiados de defesa civil e de assistência social, COREDECs), secretaria de desenvolvimento social, e integrantes municipais dos serviços; b) elaboração dos planos de contingência dos serviços oferecidos pela

		rede socioassistencial do município; c) estabelecer protocolos internos.
3. Capacidades Institucionais e Interinstitucionais	a) articulação intersetorial de diferentes segmentos (educação, saúde, proteção e defesa civil, legislativo, sociedade civil, ministério público, entre outros); b) utilização do espaço e da infraestrutura público municipais, para o enfrentamento aos eventos adversos.	a) integração intersetorial - formação (definição de papéis, quem faz o quê)
4. Capacidades de Comunicação ou comunicacionais e expressivas	a) dispor de Plano de Comunicação integrado; b) disseminação e divulgação do plano de contingência junto às Unidades de Assistência Social local.	a) desenvolver Plano de Comunicação integrado; b) disseminação e divulgação do plano de contingência de modo a contemplar todas as organizações envolvidas e, em especial, as Unidades de Assistência Social.
5. Capacidades Comportamentais	a) percepções de risco já desenvolvidas quanto aos eventos adversos ocorridos; b) resiliência e controle sócio emocional frente às crises já desenvolvidas na equipe.	a) desenvolvimento de estratégias orientadas para que as equipes evoluam em suas percepções de risco face aos eventos adversos; b) desenvolver mecanismos de resiliência de curto, médio e longo prazo.

6. CICLOS DE GESTÃO E FASES MOBILIZAÇÃO/AÇÃO

Este plano de contingência vincula-se aos níveis de mobilização/ação definidos E que estão baseados nos ciclos de gestão de riscos e de desastres: Prevenção, Mitigação, Preparação, Resposta e Recuperação, nos limiares críticos e nos níveis de mobilização por classes de dano da Defesa Civil de Santa Catarina e que implicam no acionamento das equipes, dos órgãos, ativação dos abrigos, entre outras ações.

Os ciclos de gestão estão organizados em:

NORMALIDADE	1. Nível 0 = Prevenção
	2. Nível 0 = Mitigação
	3. Nível 0 = Preparação
EMERGÊNCIA/RESPOSTA	4. Nível 1 = Mobilização
	5. Nível 2 = Atenção
	6. Nível 3 = Alerta
PÓS EMERGÊNCIA	7. Nível 4 = Recuperação


GESTÃO DE RISCO
ESTÁGIO VERDE - NORMALIDADE
NORMALIDADE
Não há ocorrências que desviem a rotina da cidade de sua normalidade e não há identificação de ameaças que possam modificar esse cenário a curto prazo
PREVENÇÃO
Apoio técnico rotineiro, elaboração de publicações sobre o tema, estudar e participar de grupos de discussão sobre a gestão de riscos.
MITIGAÇÃO
Informar as autoridades competentes quando são identificados pelas famílias que estão em situação de risco, realizar o trabalho social com famílias que são retiradas preventivamente de suas casas.
PREPARAÇÃO
Participar da elaboração dos planos de contingência, preparar fluxos de trabalho para serem executados durante a emergência, discutir sobre quais espaços poderão ser usados no caso de um desastre, treinar equipes para trabalho de campo, participar de simulados, mapear as famílias em áreas de risco.


GESTÃO DE RISCO
ESTÁGIO AMARELO/LARANJA/VERMELHO
RESPOSTA
RESPOSTA
Identificada ameaça que desvia a rotina da cidade do cenário de normalidade com potencial de escalonamento para cenários mais severos.
NIVEL 1
Informar e notificar os gestores e trabalhadores quanto aos potenciais danos esperados e adotar medidas de pré-impacto
NÍVEL 2
Acionar a rede socioassistencial e demais políticas públicas e organizações da sociedade civil parceiras.
Verificar e ativar a abertura de alojamentos provisórios, abrigos e refúgios.
NÍVEL 3
Acolhimento em alojamentos provisórios
Estruturação de central de doações
Organizar a concessão e entrega de benefícios eventuais.
Intensificar as ações do trabalho social com famílias.

GESTÃO DE RISCO
ESTÁGIO AZUL - RECUPERAÇÃO

RECUPERAÇÃO

Necessidade de restabelecer as atividades rotineiras dos equipamentos, apoiar indivíduos e famílias ao retorno de suas rotinas diárias e na construção de novos projetos de vida.

NÍVEL 4

As ações de recuperação são aquelas de caráter definitivo e de atendimento coletivo, destinadas a reconstruir o cenário afetado pelo desastre. Incluem a restauração e o melhoramento, se necessários, das plantas, estruturas, instalações, meios de sustento e das condições de vida das comunidades afetadas pelos desastres, mediante realocação da população atingida, políticas públicas de habitação e urbanização, recuperação de áreas degradadas e reconstrução de infraestrutura pública.

6.1 Estágio Verde – (normalidade)

ESTÁGIO VERDE (NORMALIDADE)

No Estágio Verde - Normalidade, não há ocorrências que desviem a rotina da cidade de sua normalidade e não há identificação de ameaças que possam modificar esse cenário a curto prazo.

Esse estágio de normalidade inclui o período posterior aos estágios de severidade, tão logo a situação esteja controlada e a situação de emergência e calamidade seja minimizada, estando vencido ou não o prazo estipulado no documento que definiu a situação de emergência e calamidade (Decreto).

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Desenvolvimento Comunitário e os equipamentos de assistência social devem:

- Atuar em atividades de prevenção e preparação.

6.2 Estágio Amarelo – (mobilização)

ESTÁGIO AMARELO (MOBILIZAÇÃO)

No Estágio Amarelo - Mobilização, é identificada ameaça que desvia a rotina da cidade do cenário de normalidade com potencial de escalonamento para cenários mais severos. A população da cidade, sob orientação das autoridades, deve mobilizar-se preventivamente de modo a reduzir os riscos de perdas humanas, patrimoniais e de meio ambiente.

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Desenvolvimento Comunitário e os equipamentos de assistência social devem:

- Com responsabilidade e cuidado, informar e orientar servidores e usuários sobre a possibilidade de evolução para estágio de maior severidade.

6.3 Estágio Laranja – (atenção)

ESTÁGIO LARANJA (ATENÇÃO)

No Estágio Laranja - Atenção, uma ou mais ocorrências já se constituem em perigo real e imediato desviando de modo efetivo a rotina da cidade de sua normalidade, requerendo pronta resposta aos danos e aos impactos causados.

Os recursos disponíveis na estrutura operacional de resposta da Prefeitura de Jaborá ainda são considerados compatíveis com a severidade atual do cenário, apesar da percepção de riscos de escalonamento para cenários mais severos a curto prazo.

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Desenvolvimento Comunitário e os equipamentos de assistência social devem:

- Organizarem-se para o enfrentamento das situações adversas, isso inclui a adequação das rotinas de trabalho e o deslocamento de equipes, se necessário.

6.4 Estágio Vermelho – (crise)

ESTÁGIO VERMELHO (ALERTA)

No Estágio Vermelho - crise, uma ou mais ocorrências estabelecem cenário de elevada severidade na cidade, requerendo estrutura operacional de resposta mais complexa.

No Estágio Vermelho - crise, é atingido o limite da capacidade operacional da Prefeitura para disponibilizar pronta resposta, simultaneamente, a todos os efeitos severos provocados pela anormalidade.

Deverá ser instituída a formação do Gabinete de Crise para suporte, tomada de decisões e condução das ações de retorno aos Estágios de atenção e de severidades inferiores.

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Desenvolvimento Comunitário e os equipamentos de assistência social devem:

- Voltar-se para as necessidades dos usuários em relação à situação de emergência vivenciada. Orientar-se sobre eventual abertura de abrigos.
- Ajustar equipes e rotinas de trabalho, as quais devem ser reorganizadas e adequadas à necessidade do município.

6.5 Estágio Azul – (recuperação)

ESTÁGIO AZUL (RECUPERAÇÃO)

No estágio azul – recuperação, será necessário buscar **r**estabelecer as atividades rotineiras dos equipamentos, apoiar indivíduos e famílias ao retorno de suas rotinas diárias e na construção de novos projetos de vida.

No estágio azul - recuperação as ações de recuperação objetivam de caráter definitivo e de atendimento coletivo, destinadas a reconstruir o cenário afetado pelo desastre. Incluem a restauração e o melhoramento, se necessários, das plantas, estruturas, instalações, meios de sustento e das condições de vida das comunidades afetadas pelos desastres, mediante realocação da população atingida, políticas públicas de habitação e urbanização, recuperação de áreas degradadas e reconstrução de infraestrutura pública.

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Desenvolvimento Comunitário e os equipamentos de assistência social deve:

- Reconhecer as necessidades dos usuários buscando subsidiar com a oferta de benefícios eventuais de calamidade pública e emergências e demais ações de reconstrução da autonomia.

7. ATIVAÇÃO DO PLANO DE CONTINGÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Plano de Contingência Municipal - PLANCON Municipal será ativado pela Defesa Civil/SEPROT/Prefeito, sempre que forem constatadas as condições e pressupostos que caracterizam os estágios operacionais a partir do estágio amarelo, seja pela evolução das informações monitoradas, pela ocorrência do evento, ou, pela dimensão do impacto, em especial:

Quando a previsão ou precipitação verificada atingir os limiares estabelecidos no monitoramento de cada cenário;

- Quando o nível dos rios monitorados atingirem ou houver previsão de atingirem os descritos como de risco estabelecidos em cada cenário;
- Quando forem verificados indícios de movimentação em encostas ou deslizamentos;
- Quando a previsão hidrometeorológica indicar a possibilidade de ocorrência de eventos que possam causar danos à população;
- Quando registrados danos e/ou prejuízos ocasionados pela evolução gradual de um evento adverso;
- Quando a Secretaria de Saúde declarar epidemia;
- Quando da ocorrência de incêndios de grandes proporções e de forma descontrolada for reportada pelo Corpo de Bombeiros Voluntários;
- Quando a interrupção prolongada no fornecimento de água for reportada por estiagem e outros motivos.

O PLANCON MUNICIPAL PODERÁ SER ATIVADO PELAS SEGUINTES AUTORIDADES:

- Prefeito
- Coordenador da Defesa Civil

Após a decisão formal de ativação do PLANCON Municipal, a Secretaria de Assistência Social deverá seguir o planejamento constante no quadro de

ações do Plancon-AS, apresentado neste documento, seguindo as premissas do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências no SUAS.

8. GOVERNANÇA E OPERACIONALIZAÇÃO DA RESPOSTA

A gestão de uma situação de crise exige um ajuste na governança, ou seja, nos processos de governar nesse tempo de crise. Referimo-nos, em especial, à interação e tomada de decisão entre os atores envolvidos no problema coletivo, acompanhada da criação, reforço e/ou remodelação de diretrizes e normas e implementação de ações adequadas.

Na governança, diretamente relacionada com a operacionalização das dinâmicas e ações operacionais de resposta, salientam-se três domínios fundamentais:

a. Das diretrizes, dinâmicas e ações operacionais (e respectivos protocolos) a implementar;

b. Unidade de Gestão Operacional, propriamente dita, diferenciada do “normal” sistema

e processo de governo, mas com ele interligado e que se torna necessário constituir

para coordenar toda a implementação a eventuais ajustes do plano, indicando equipe e responsável em cada domínio;

c. Sistema de Alerta e Alarme, incluindo as dinâmicas de comunicação e os processos de monitoramento e avaliação, que permitem identificar os eventuais ajustes que se tornam necessários implementar.

8.1 Diretrizes, dinâmicas e ações operacionais (DAOP)

As diretrizes, dinâmicas e ações operacionais a serem implementadas encontram-se indicadas na sequência.

8.1.1 – Plano de Ação do Estágio Verde (normalidade)

ESTÁGIO VERDE – NORMALIDADE PRIORITÁRIAS AS ATIVIDADES DE PREVENÇÃO, DE PLANEJAMENTO, PREVISÃO, CONTATOS, TREINAMENTOS E PREPARAÇÃO DA COMUNIDADE PARA FAZER FRENTE AOS DESASTRES.					
O que (ação) (W2)	**Onde (W 3)**	**Quando (W 4)**	**Quem (W 5)**	**Como (H1)**	**Quanto (H2)**
Compor instância intersetorial criada no contexto pré-emergência ou no contexto emergência para resposta à situação.	Comitê da Defesa Civil	2024	Técnica representante da Secretaria	Fazer parte do Comitê da Defesa Civil para ser acionado nas situações que exigem atuação da Assistência Social.	Não se aplica
Definir formulário de emergência a ser utilizado.	Secretaria de Assistência Social	2024	Equipe técnica	Definir o formulário a ser utilizado e organizar uma pasta compartilhada dos documentos para atuação em situação de emergências ou calamidades (formulário nacional completo)	Não se aplica
Organizar toda a documentação em pasta compartilhada em e-mail com pessoas da equipe	Secretaria de Assistência Social	2024	Equipe técnica	Organizar todos os documentos em pasta única e compartilhada de forma física, drive e pen drive para facilitar o acesso aos documentos em qualquer situação de	Não se aplica

técnica para facilitar o acesso em caso de emergências e calamidade pública				emergência ou calamidade pública. Definir servidores efetivos para receber pasta física atualizada com a documentação impressa (quantidade conforme situações já ocorridas) drive e com pen drive para facilitar impressão.	
Informar a Defesa Civil e as demais políticas públicas sobre as ofertas de serviços, benefícios e provisões da Assistência Social.	Secretaria de Assistência Social	Conforme lei municipal na ocorrência do evento	Equipe técnica	Delimitar com defesa civil e as demais políticas públicas as ofertas a serem prestadas pela assistência social em serviços, benefícios e provisões socioassistenciais.	Não se aplica
Definir quem vai coordenar as ações correspondentes às diversas áreas de atuação do SUAS no contexto da emergência: trabalho social com famílias, acolhimento provisório, vigilância socioassistencial, concessão de benefícios socioassistenciais, relação intersetorial, entre outras.		2024	Secretário	Documento da Secretaria Municipal nomeando os profissionais para atuar como coordenador em cada área de atuação: a) trabalho social com famílias, acolhimento provisório, central de doações, b) vigilância socioassistencial, c) concessão de benefícios socioassistenciais.	Não se aplica

Mapear todas as entidades sociais e identificar voluntários para acionamento em necessidade.	Secretaria de Assistência Social	2024	Equipe técnica	Elaborar via *google forms* lista atualizada com dados de acionamento imediato como: entidade, responsável, endereço, telefone e e-mail, além de um questionário a ser respondido pelas entidades do município a fim de o tipo de trabalho voluntário ao qual pode contribuir e número de membros que podem atuar em trabalho voluntário.	Não se aplica
Cadastrar pessoas da comunidade para atuar como voluntários em caso de necessidade.	Secretaria de Assistência Social	2025	Equipe técnica	Cadastrar pessoas voluntárias que tenham interesse em atuar como voluntárias, mas que não estão vinculados às entidades com rápido acesso ao contato pessoal.	Não se aplica
Organizar documentos para recebimentos de donativos e sua distribuição.	Secretaria de Assistência Social	2024	Equipe técnica	Elaborar planilha para recebimento de donativos (preferencialmente em arquivo de excel) como forma de controle na central de recebimento de donativos.	Não se aplica
				Elaborar planilha física de controle de entrega de doações para entregar as famílias com alimentação imediata em planilha de excel da retirada visando controlar o estoque de produtos recebidos.	Não se aplica

				Elaborar planilha de fluxo para utilizar para controle de entrada e saída de famílias e indivíduos das unidades de acolhimento.	Não se aplica
Preparar e coordenar os profissionais e organizações que compõem a rede socioassistencial para ser designados a atuar em contextos de emergência.	Secretaria de Assistência Social e Defesa Civil	Continuado	Equipe técnica e Defesa Civil	Realizar reuniões periódicas a fim de informar sobre o plano de contingencias e as ações previstas preparando profissionais e organização para atuar em situação de emergências.	Não se aplica
Identificar junto a Defesa Civil os locais para acolhimento de pessoas em situações de emergências.	Secretaria de Assistência Social e Defesa Civil	Contínuo	Equipe técnica e Defesa Civil	Realizar levantamento de toda infraestrutura disposta nas unidades para acolhimento visando agilizar o processo de colocação das famílias com planejamento para: • Acolhimento: • Central de Doações:	Não se aplica
Capacitação das equipes para atuarem em ações de emergência e calamidades	Secretaria de Assistência Social e Defesa Civil	Contínuo	Gestão, equipe técnica e Defesa Civil	Qualificar os servidores para atuarem de forma precisa nos abrigos ou em outras situações de calamidades e emergências.	Não se aplica
Criar um grupo de WhatsApp com os servidores que fazem parte das quatro equipes.	Secretaria de Assistência Social e Defesa Civil	2024	Gestão, equipe técnica e Defesa Civil	Garantir maior agilidade na comunicação dos níveis de prontidão com repasse de informações sobre a situação.	Não se aplica

Ações de Prevenção à Calamidade nos coletivos ofertados pelos CRAS com foco nos territórios de incidência de eventos adversos	CRAS	2025	Equipe técnica CRAS	Conscientizar e fortalecer o enfrentamento de eventos adversos com a participação dos usuários informando sobre a necessidade de atender aos chamados da Defesa Civil em situações de emergências e desastres.	Não se aplica
Mapear e vistoriar com a Defesa Civil os locais que possam servir para abertura de abrigo e outros para suporte ao abrigo	Secretaria de Assistência Social e Defesa Civil	2025	Gestão, Defesa Civil, Setor de Engenharia e Arquitetura	Conhecer a estrutura dos espaços físicos definidos para abertura de abrigos em caso de emergências e calamidades definidas a capacidade instalada para cada espaços e logística de acomodação das famílias.	Não se aplica
Realizar o processo de aquisição dos itens que compõem o kit para abertura dos abrigos (colchões de solteiro, capas de colchão em courino, manta térmica, cobertor casal)	Setor de compras	2025	Secretário, equipes técnicas e coordenador da defesa civil	Previsão em licitação de itens para kits para abertura dos abrigos tendo em vista a necessidade de auxílio nos locais que servirão de abrigo e suporte para os servidores que trabalharão no local (identificando a necessidade a partir de um estoque mínimo)	Não se aplica
Realizar o processo de aquisição dos itens que compõem o kit para entrega aos usuários abrigados	Setor de compras	2025	Secretário, equipes técnicas e coordenador da defesa civil	Previsão em licitação de uma quantidade mínima para atender a necessidade de auxílio aos usuários que perderam seus pertences (identificando a	Não se aplica

(toalha de banho, escova de dente)				necessidade a partir de um estoque mínimo)	
Alinhar, (junto à coordenação da alimentação escolar da Secretaria de Educação/diretores das escolas que serão abrigos), o planejamento para servimento da alimentação dos abrigados (uso da cozinha, utensílios, equipamentos)	Secretaria de Assistência Social e Educação	2025	Secretário, equipes técnicas, nutricionista	Garantir acesso à alimentos seguros, de qualidade e em quantidade suficientes aos abrigados nos abrigos oficiais da prefeitura de Jaborá.	Não se aplica

8.1.2 – Plano de Ação do Estágio amarelo

ESTÁGIO AMARELO (MOBILIZAÇÃO) PRIORITÁRIAS AS ATIVIDADES DE PREVENÇÃO, DE PLANEJAMENTO, PREVISÃO, CONTATOS, TREINAMENTOS E PREPARAÇÃO DA COMUNIDADE PARA FAZER FRENTE AOS DESASTRES.					
O que (ação) (W2)	**Onde (W 3)**	**Quando (W 4)**	**Quem (W 5)**	**Como (H1)**	**Quanto (H2)**
Manter-se informado sobre a situação e sua possível evolução	Não se aplica	Contínuo	Secretário e equipe técnica	Acompanhando o PLANCON e demais informações	Não se aplica
Atualizar, através de mensagem no WhatsApp, todos os	No grupo de WhatsApp	Necessidade para	Secretário e equipe técnica	Preparar os servidores e voluntário para o conhecimento e	Não se aplica

servidores e voluntários/entidades cadastrados para atuarem nos abrigos e/ou em outras situações de emergências ou calamidades		previsão de abertura		acompanhamento da atuação no abrigo.	

8.1.3 – Plano de Ação do Estágio Laranja

ESTÁGIO LARANJA (ATENÇÃO) EXISTE PREVISÃO DA OCORRÊNCIA DE ALGUM EVENTO ADVERSO COM GRANDE INTENSIDADE, PODENDO CONCRETIZAR-SE OU NÃO. ESTÁGIO DE PREPARAÇÃO PARA POSSÍVEIS AÇÕES QUE POSSAM SER NECESSÁRIAS, NESTE CASO NÃO HAVERÁ NENHUMA MOBILIZAÇÃO DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES ENVOLVIDOS NA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL, PORÉM TODOS ESTARÃO PREPARADOS PARA UMA POSSÍVEL FASE DE ALERTA.					
O que (ação) (W2)	**Onde (W 3)**	**Quando (W 4)**	**Quem (W 5)**	**Como (H1)**	**Quanto (H2)**
Informação sobre a situação de emergência e/ou calamidade a usuários, em especial nos territórios de incidência de eventos adversos	Território	Quando informado pela Defesa Civil do nível laranja	Trabalhadores da Assistência Social	Durante atendimentos coletivos e particularizados, conversas no equipamento ou contatos telefônicos/ WhatsApp	Não se aplica
Acompanhamento de estoque dos itens que	Controle de licitação	Ao verificar a	Secretário e equipe	Verificar e identificar a necessidade de iniciar	Não se aplica

podem ser utilizados em uma situação de Calamidade		necessidade de aquisição		novos processos de aquisição	
Verificar junto ao espaço de acolhimento as suas condições sobre a possibilidade de abertura de abrigo para que estes alinhem internamente o uso da cozinha e demais equipamentos	No local definido para abrigo	No acionamento do alerta laranja	Secretário e equipe	Visita *in locu* nos espaços destinados ao acolhimento para verificar a necessidade de alguma ação antes do acolhimento	Não se aplica

8.1.4 – Plano de Ação do Estágio Vermelho

ESTÁGIO VERMELHO (ALERTA) PREVISÃO DA OCORRÊNCIA DE ALGUM EVENTO ADVERSO COM GRANDE INTENSIDADE SE CONFIRME E SE CONCRETIZE, MESMO NÃO HAVENDO, AINDA, APRESENTADO SUAS CONSEQUÊNCIAS NA COMUNIDADE. A DECLARAÇÃO DE FASE DE ALERTA SERVIRÁ PARA QUE OS ÓRGÃOS E ENTIDADES ENVOLVIDOS NA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL INICIEM A MOBILIZAÇÃO DE SEUS RECURSOS ADICIONAIS, PROPORCIONAIS ÀS POSSÍVEIS CONSEQUÊNCIAS DO EVENTO, VISANDO UMA POSSÍVEL FASE DE ALERTA MÁXIMO.					
O que (ação) (W2)	**Onde (W 3)**	**Quando (W 4)**	**Quem (W 5)**	**Como (H1)**	**Quanto (H2)**
Assegurar a manutenção da equipe em alerta e prontidão através de plantões diários	Não se aplica	No momento em que a Defesa Civil comunicar	Secretário	Realizando reuniões comunicação (grupo de WhatsApp)	Não se aplica

e em regime de 24h, quando acionado pela Defesa Civil		mudança de estágio			
Garantir a presença de um representante da SAS para compor o Gabinete de Crise	Gabinete de crie	Quando convocado	Secretário ou técnico	Participando das reuniões para receber informações e repassar e atualizar o cenário atual das equipes para atuar no cenário de crise	Não se aplica
Acolhimento emergencial na rede hoteleira para situações excepcionais em pequena quantidade de famílias (ex: frio extremo, deslizamento)	Hotel local ou regional	Conforme demanda	Equipe técnica e Defesa Civil	Realizar hospedagem em Hotel local para acolhimento excepcionais em pequena quantidade de pessoas/famílias.	Conforme necessidade
Acolhimento emergencial em alojamento provisório no local definido e cadastrados pela defesa civil.		Demanda substancial de famílias (xx xxxxx)	Coordenação do acolhimento, equipe técnica, Defesa Civil, Polícia Militar, Obras e Serviços	Organizar no local de acolhimento a recepção (controle de entrada e saída), o encaminhamento e colocação das famílias em espaços previamente determinados, preferencialmente delimitados	

			Urbanos, Educação, Saúde	antecipadamente pelas equipes. a) Cadastrar todas as famílias que entram no abrigo com o **Formulário Nacional Completo para Registro de Informações de Famílias e Indivíduos em Situações de Emergências e Calamidades Públicas**. b) Manter lista (visível) atualizada diariamente definindo inclusive, horário para atualização indicando o nome do responsável legal e grupo familiar no acolhimento.	
				Dar apoio informacional as entidades e voluntários organizando-os conforme escala para atuar no	

				acolhimento com preparo de refeições, limpeza, organização e apoio às famílias.	
				Estabelecer parceria entre Polícia Militar para garantir a segurança das famílias e indivíduos acolhidos definindo escala de plantão ininterrupta.	
				Manter contato com a política de saúde para atendimentos médicos e psicológicos às famílias e indivíduos definindo espaço físico para os atendimentos dentro do acolhimento.	
				Identificar a quantidade de crianças e adolescentes no acolhimento e organizar com os orientadores sociais do SCFV e/ou profissionais da política de educação escala para atendimento em atividades lúdicas, esportivas e culturais programadas visando ocupar o tempo dos mesmos.	

				Em parceria com a agricultura a disponibilização de espaço para acolhimento de animais de estimação, preferencialmente fora dos espaços coletivos de repouso das famílias.	
Avaliar a necessidade de abertura de uma central de recebimento de doações de acordo com a dimensão da situação	Nos locais definidos	Encaminhamento das doações pela comunidade e necessidade de produtos	Secretário e equipe técnica	Definir sobre abertura da central de doações e o local, logística e organização do espaço sob controle da coordenação de doações.	
Abertura da Central de Recebimento e Entrega de Doações	Local definido para a central de recebimento e entrega de doações.	Conforme demanda	Coordenação das doações e entrega, equipe técnica, Defesa Civil	Organizar a Central de Doações por tipo de doações recebidas alocando os produtos em locais previamente definidos.	
				Organizar a recepção para registro e controle das doações recebidas conforme planilha de controle.	
				Organizar controle de entrega de doações (planilha de entrega) que	

				de modo **imediato** devem ser produtos de limpeza, higiene, higiene pessoal, roupas, etc.	
				Verificar diariamente o estoque das doações inserindo na divulgação/comunicação as necessidades reais e informar aquelas não serão mais recebidas.	
				Avaliar conjuntamente sobre a necessidade de solicitar apoio de profissionais das categorias de assistentes sociais e psicólogos para atuação voluntária junto ao município e que receberão orientações da coordenação local.	
				Disseminar informações e orientações aos afetados usando meios de comunicação, recursos virtuais sobre o funcionamento dos serviços, da central de doações, a oferta de	

				benefícios, fazendo-o sempre de maneira oficial.	

8.1.5 – Plano de Ação do Estágio Azul

ESTÁGIO AZUL (RECUPERAÇÃO) RESTABELECER AS ATIVIDADES ROTINEIRAS DOS EQUIPAMENTOS, APOIAR INDIVÍDUOS E FAMÍLIAS AO RETORNO DE SUAS ROTINAS DIÁRIAS E NA CONSTRUÇÃO DE NOVOS PROJETOS DE VIDA					
O que (ação) (W2)	**Onde (W 3)**	**Quando (W 4)**	**Quem (W 5)**	**Como (H1)**	**Quanto (H2)**
Compilar e analisar os dados informados, referentes às ações em atendimento à população abrigada durante o estágio vermelho	Secretaria de Assistência Social		Equipe técnica	Compilar e analisar os dados informados para avaliação e planejamento de ações a partir de Diagnóstico Situacional	
Repasse através de subsídio financeiro para as famílias realizarem reconstrução da unidade habitacional a qual era utilizada para seu próprio domicílio, afetada pelas seguintes situações: tornado,	Construção/reconstrução de moradias	Conforme demanda	Equipe técnica e Defesa Civil	Solicitar análise jurídica quanto a viabilidade legal e articular com a política de habitação aprovação em lei municipal do aluguel social. subsídio financeiro.	
				Conceder conforme lei municipal aluguel social por tempo determinado (conforme avaliação	

vendaval e deslizamento (residências que não tem possibilidade de retorno das famílias sem prévia melhoria e/ou reconstrução).				técnica) para situações de moradia provisória em pequena quantidade de famílias.	
Conceder benefício eventual de emergências e calamidade pública	Apoio eventual as famílias afetadas	Conforme demanda	Equipe técnica	Definir mediante resolução do CMAS o benefício eventual de emergências e calamidade público (valor a ser repassado).	Conforme disponibilidade orçamentária

8.1.6 – Plano de Ação para comunicação

AÇÕES DE COMUNICAÇÃO					
O que (ação) (W2)	**Onde (W 3)**	**Quando (W 4)**	**Quem (W 5)**	**Como (H1)**	**Quanto (H2)**
Realizar comunicação oficial e diária sobre a situação apresentada de forma clara e objetiva.	Coordenador da Defesa Civil e Assistência Social	Diariamente	Prefeito(a) Coordenadora da Defesa Civil	Assistência Social deverá ter informações fidedignas sobre número de acolhidos, afetados, desalojados e fornecer informações sobre controle de doações, focando os pedidos nas questões de necessidade iminente.	

Criar mecanismos de produção e distribuição organizada de informações para que as equipes técnicas estejam sempre subsidiadas com informações corretas, atualizadas e oficiais.	Todos os locais de atuação da assistência social	Diariamente	Secretário de Assistência Social	Criar mecanismo de comunicação interna entre os trabalhadores da Assistência Social para disseminar informações que facilitem, agilizem e promovam a qualidade do trabalho ofertado deixando todos com informações oficiais da situação.	
Apoiar a construção de processos de monitoramento e informar às autoridades locais a real situação do público acolhido – quantidade de pessoas acolhidas, perfil, existência de sub ou superlotação etc.	Todos os locais de atuação da assistência social	Conforme demanda	Secretário de Assistência Social	Informar mediante documento oficial a situação apresentada.	

9. UNIDADE DE GESTÃO OPERACIONAL - UGO (COORDENAÇÃO DE CRISE)

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação adotou a seguinte estrutura de gestão operacional.

Tabela 3: Estrutura de gestão operacional

Área	Nome	Função	Contato
Sistema de Comando Operacional	Silvania Pintro	Assistente Social Gestão	49 99963-1875
Coordenador abrigo e abastecimento de alimentos/materiais	Alessandra Begnini	Assistente Social Media Complexidade	49 99111-1222
Coordenador doações e campanhas	Terezinha Melania de Souza da Luz Santin	Assistente Social CRAS	49 99812-4246
Coordenação relatórios e informações	Ado Guaresi	Defesa Civil	49 99819-8856
Coordenação trabalho social com famílias, atividades lúdicas e esportivas.	Marli da Silva	Psicóloga CRAS	49 999216272

A Unidade de Gestão Operacional é um grupo de direção e de tomada de decisão que pode, ainda, conforme a situação sofrer ajustes, e que devem estar em conformidade com as dinâmicas e ações operacionais. Destaca-se que a desativação da Unidade de Gestão Operacional, e consequentemente das medidas previstas no Plano de Contingência para a Assistência Social, se dará somente quando autorizada pelo Comitê de Crise.

10. MAPEAMENTO DOS ABRIGOS TEMPORÁRIOS

Em Jaborá, XXXX abrigos temporários foram mapeados pela Defesa Civil com o apoio da SAS, os quais estão localizados em áreas estratégicas, de acordo com os critérios e avaliações feitas pela Defesa Civil. Os três locais poderão ser acionados e utilizados como abrigo para atender a população, caso algum evento adverso venha atingir o município:

ABRIGOS TEMPORÁRIOS	
LOCAL MAPEADO	**ENDEREÇO**
Centro de Convivencia Idenir Saretta	Rua Antonio Lourenço Bianchi nº10
Ginasio Municipal de Esportes	Rua Anesio Miotto nº141 centro
Ginásio de Esportes Municipal Alberto Bordin	Rua lauro Rupp n°2000 – Bairro São Valentin

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Brasília: MDS, 2004

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS) Brasília: MDS, 2012;

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH/SUAS) Brasília: MDS, 2007;

_____. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais – Resolução CNAS nº 109 de 11/11/2009. Brasília: CNAS, 2009;

_____. Orientações Técnicas sobre Benefícios Eventuais no Sistema Único de Assistência Social. Brasília: SNAS, 2018; _____. Diretrizes para a atuação da Política de Assistência Social em contextos de Emergência Socioassistencial. Brasília: SNAS, 2020;

VALÊNCIO, Norma: Sociologia do Desastre. São Carlos: RiMA Editora ,2009. PIZZIO, Alex e SILVA, Márcia. Território Vulnerável e Desenvolvimento Humano: uma Análise à Luz da Política Pública de Assistência Social. Revista Desenvolvimento em Questão. Ano 14, nº35. Editora Enijuí: 2016. Disponível em https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/issue/view/180

FURTADO, Janaína Rocha e SILVA, Marcela Souza (org.) Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. Proteção aos direitos humanos das pessoas afetadas por desastres. Florianópolis: CEPED UFSC, 2014

DUTRA, Adriana Soares. Gestão de Desastres e Serviço Social: o Trabalho de Assistentes Sociais Junto aos Órgãos Municipais de Proteção e Defesa Civil. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Departamento de Serviço Social, 2017.

ANEXOS

Anexo 1: Formulário

Secretaria Nacional de Assistência Social
Secretaria Especial do Desenvolvimento Social
Ministério da Cidadania

Número do Formulário: |_|_|_|_|_|_|

FORMULÁRIO NACIONAL PARA REGISTRO DE INFORMAÇÕES DE FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA E CALAMIDADE PÚBLICA NO SUAS

Bloco I - Identificação da Emergência *(Múltipla escolha)*

|_| **1. Seca** (estiagem, falta de chuvas, seca) |_| **2. Enxurradas** |_| **3. Inundações/Enchentes**

|_| **4. Alagamentos** |_| **5. Tempestades** (Granizo, Vendaval, Chuvas intensas, Temporal, Aguaceiros) |_| **6. Incêndios Urbanos** (em aglomerados residenciais, parques, depósitos, indústrias)

|_| **7. Colapso de edificações** (desabamentos, queda de edifício civil, pontes, prédios, viadutos) |_| **8. Rompimento/colapso de barragens** |_| **9. Deslizamentos** (quedas, tombamentos e rolamentos de encostas, pedras, barreiras)

|_| **10. Erosão** (de margem fluvial, costeira/marinha, continental) |_| **11. Epidemias** (doenças infecciosas – virais, bacterianas, parasíticas, fúngicas) |_| **12. Retirada preventiva de famílias ou indivíduos de suas moradias** em função de eventos dos quais decorram danos humanos e materiais.

|_| **13. Outros.** Qual/ Quais?_____

_____

14. NOME DA SITUAÇÃO vinculada ao estado DE EMERGÊNCIA ou CALAMIDADE PÚBLICA: _____

_____

15. Município em que está sendo aplicado este Formulário: _____ **16. UF:** ____

Bloco II – Identificação do Responsável pela Informação *(respondente)*

1 Nome Completo: _____

2 Apelido (caso seja relevante) **ou Nome Social:** _____

3 Data de Nascimento: ____/____/_____ **4 CPF:** ___.___.___-__ **6 NIS:** _____

8 Nacionalidade: **7 Raça/Cor:** | | 1. Branca; 2. Preta; 3. Parda; 4. Amarela; 5. Indígena; 6. Não

11 Endereço (Rua/Avenida): _____ **12 nº:** _____

13 Bairro: _____ **14 Complemento:** _____

15 UF: ____ **16 Município:** _____

17 E-mail: _____ **18 Telefone para contato:** (____) _____

20. O(a) responsável pela informação é Referência Familiar*? ( ) Sim ( ) Não

*Para este questionário, referência familiar é apenas a pessoa de referência para os membros da família, quem responde pela família. Só é possível ter uma referência familiar para cada família.

Atenção!
Inicie o Bloco seguinte – Bloco III – Identificação da Composição Familiar - pela Referência Familiar.

Bloco III - Identificação da Composição Familiar

Número do Formulário:
|_|_|_|_|_|_|_|

*Considere como integrante(s) da família toda(s) a(s) pessoas que reside(m) em uma mesma moradia. **Inicie o preenchimento pela Referência Familiar.**
** Informe a composição familiar antes da situação de emergência, incluindo pessoas mortas ou desaparecidas durante o ocorrido.
*** Caso a família tenha mais de 5 pessoas, utilize uma nova cópia deste bloco (Bloco III – Identificação da Composição Familiar).
****Caso a mãe de um dos indivíduos seja alguém já listado, informe apenas o Número da pessoa na variável "7. NOME COMPLETO DA MÃE".

1. Nº da Pessoa	2.NOME COMPLETO	3.PARENTESCO	4. DATA DE NASCIMENTO	5.SEXO	8.CPF (11 números)	9.NIS (11 números)	10. NATURALIDADE	16.TELEFONE (Caso não possua, informe "0")
		|_|_|	__/__/____	|_|				
		|_|_|	__/__/____	|_|				
		|_|_|	__/__/____	|_|				
		|_|_|	__/__/____	|_|				
		|_|_|	__/__/____	|_|				
		|_|_|	__/__/____	|_|				
		|_|_|	__/__/____	|_|				
		|_|_|	__/__/____	|_|				
		|_|_|	__/__/____	|_|				
		|_|_|	__/__/____	|_|				
		|_|_|	__/__/____	|_|				
		|_|_|	__/__/____	|_|				

- **3. Parentesco em relação a referência familiar:** 1. Referência Familiar; 2. Cônjuge ou companheiro(a); 3. Filho(a); 4. Enteado(a); 5. Neto(a) ou Bisneto(a); 6. Pai ou mãe; 7. Sogro ou sogra; 8. Irmão ou irmã; 9. Genro ou nora; 10. Outro parente; 11. Não parente.
- **5. Sexo:** F Feminino, M Masculino

Secretaria Nacional de Assistência Social
Secretaria Especial do Desenvolvimento Social
Ministério da Cidadania

Número do Formulário: |_|_|_|_|_|_|

17. ( ) **É o mesmo endereço do Responsável pela Informação** *(caso sim, não precisa preencher os campos de endereço a seguir)*

18. Endereço (Rua/Avenida): _____ **19.nº:** _____

20. Bairro: _____ **21. Complemento:** _____

22. UF: ____ **23.Município:** _____ **24.Telefone de contato:** (____) _____

25. E-mail: _____

26. A família se reconhece pertencente a Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (*GPTE)?
( ) Não ( ) Sim. Qual número? |_|_| ; |_|_| ; |_|_| ; |_|_| *(ver códigos abaixo. Permite múltipla marcação)*

*** Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos: 2. Família Cigana; 3. Família Extrativista; 4. Família de Pescadores Artesanais; 5. Famílias Pertencente à Comunidade de Terreiro; 6. Família Ribeirinha; 7. Família de Agricultores Familiares; 8. Família Assentada da Reforma Agraria; 9. Família beneficiária do Programa Nacional do Crédito Fundiário; 10. Família Acampada; 11. Família Atingida por Empreendimentos de Infraestrutura; 12. Família de Preso do Sistema Carcerário; 13. Família de Catadores de Material Reciclável; 14. Família Indígena; 15. Família Quilombola; 16. Resgatadas do trabalho análogo ao de escravo; 17. Pessoas em Situação de Rua**

Bloco IV – Caracterização da Família

1. A família recebe algum Benefício
( ) Não ( ) Sim, Bolsa Família ( ) Sim, Benefício de Prestação Continuada- BPC/LOAS
( )Sim, Benefício Eventual. Qual? _____ ( ) Sim, Outro. Qual: ____

Em caso de resposta "Sim" nas perguntas a seguir, indique o número da pessoa, conforme primeira coluna no "Bloco II – Identificação da Composição Familiar"

3. Algum componente familiar toma remédio de uso controlado ou contínuo?
( ) Não ( ) Sim. **Quem?** Nº da Pessoa: |_|_|: |_|_| ; |_|_|

4. Algum componente familiar necessita de cuidados constantes de outra pessoa, é pessoa com deficiência ou possui mobilidade reduzida?
( ) Não ( ) Sim. **Quem?** Nº da Pessoa: |_|_| Quais cuidados: _____
Quem? Nº da Pessoa: |_|_| Quais cuidados: _____

5. Alguma mulher da família é gestante ou nutriz?
( ) Não ( ) Sim. **Quem?** Nº da Pessoa: |_|_|; |_|_| ; |_|_|

- Caso seja necessário acrescentar informações, utilize o espaço do "Bloco VII – Informações Adicionais para coletar as demais informações, informando o número de ordem da pessoa".

Bloco V – Agravos Decorrentes da Situação de Emergência

**Em caso de resposta "Sim" nas perguntas a seguir, indique o número da pessoa, conforme registro no "Bloco II – Identificação da Composição Familiar"*

a. Em decorrência da Situação de Emergência, houve óbito na família? ( ) Não ( ) Sim
Quem? Nº da(s) Pessoa(s): |___|___| ; |___|___| ; |___|___| ; |___|___| ; |___|___| ; |___|___| ; |___|___| ; |___|___|

b. Em decorrência da Situação de Emergência, há pessoas da família desaparecidas? ( ) Não se aplica. ( ) Não ( ) Sim.
Quem? Nº da(s) Pessoa(s): |___|___| ; |___|___| ; |___|___| ; |___|___| ; |___|___| ; |___|___| ; |___|___| ; |___|___|

c. Descreva outros agravos decorrentes da Situação de Emergência, se for necessário:
_____
_____

Secretaria Nacional de Assistência Social
Secretaria Especial do Desenvolvimento Social
Ministério da Cidadania

Número do Formulário: |_|_|_|_|_|_|

Bloco VI – Situação de moradia e abastecimento

1.A moradia foi atingida durante a Situação de Emergência?
( ) Não
( ) Sim, está completamente inabitável
( ) Sim, está parcialmente inabitável
( ) Sim, está habitável, mas precisa de reparos
( ) Sim, está habitável e não precisa de reparos

3. A situação da família, NA Situação de Emergência é:
( ) Desalojada (está na rua)
( ) Em Abrigo Institucional. Qual? _____
( ) Em Hotel/Pousada. Qual? _____
( ) Em casa de parente/amigo. Qual o nome do amigo? _____
( ) Pagamento de aluguel pelo poder público
( ) No mesmo local de ANTES da situação de emergência

Bloco VII – Necessidades Imediatas

( ) 1. Roupas	( ) 2. Alimentos	( ) 3. Moradia/Estadia
( ) 4. Medicamentos	( ) 5. Fraldas (Infantis/Geriátricas)	( ) 6. Água
( ) 7. Material de higiene pessoal	( ) 8. Transporte / Locomoção	( ) 9. Documentos
( ) 10. Atendimento psicossocial	( ) 11. Consulta médica	( ) 12. Auxílio na comunicação (Acesso a Telefone/e-mail/rádio)
( ) 13. Outras.		

14 Descreva as especificadas das Necessidades Imediatas: _____

Bloco VIII – Informações Adicionais *(Obs.: Caso a família técnico(s) queira(m) complementar alguma informação)*

Bloco IX – Identificação dos Responsáveis pelo Preenchimento do Formulário

Nome Completo do Técnico Responsável: _____

Órgão/Instituição: _____

CPF: _____.____.____-____ Data do Registro: ____/____/_____

Anexo 2: Planilha de controle de doações (entrada)

Data	Produto/material doado	Quantidade
	( )vestuário ( )Higiene/limpeza ( ) Colchão ( ) Alimentos ( ) Água ( )Outro _____	
	( )vestuário ( )Higiene/limpeza ( ) Colchão ( ) Alimentos ( ) Água ( )Outro _____	
	( )vestuário ( )Higiene/limpeza ( ) Colchão ( ) Alimentos ( ) Água ( )Outro _____	
	( )vestuário ( )Higiene/limpeza ( ) Colchão ( ) Alimentos ( ) Água ( )Outro _____	
	( )vestuário ( )Higiene/limpeza ( ) Colchão ( ) Alimentos ( ) Água ( )Outro _____	
	( )vestuário ( )Higiene/limpeza ( ) Colchão ( ) Alimentos ( ) Água ( )Outro _____	
	( )vestuário ( )Higiene/limpeza ( ) Colchão ( ) Alimentos ( ) Água ( )Outro _____	
	( )vestuário ( )Higiene/limpeza ( ) Colchão ( ) Alimentos ( ) Água ( )Outro _____	
	( )vestuário ( )Higiene/limpeza ( ) Colchão ( ) Alimentos ( ) Água ( )Outro _____	
	( )vestuário ( )Higiene/limpeza ( ) Colchão ( ) Alimentos ( ) Água ( )Outro _____	
	( )vestuário ( )Higiene/limpeza ( ) Colchão ( ) Alimentos ( ) Água ( )Outro _____	
	( )vestuário ( )Higiene/limpeza ( ) Colchão ( ) Alimentos ( ) Água ( )Outro _____	
	( )vestuário ( )Higiene/limpeza ( ) Colchão ( ) Alimentos ( ) Água ( )Outro _____	

Anexo 3: Planilha de controle de doações (saída)

Data	Produto/material doado	Quantidade	Assinatura

Anexo 4: Formulário para *google forms* cadastro de entidades

FORMULÁRIO CADASTRO ENTIDADES VONLUNTÁRIAS

Nome da entidade:
Nome do responsável:
Função na entidade:
Endereço do responsável:
Telefone do responsável:
e-mail do responsável:
Quantidade de voluntários:
Atividades de voluntariado dispostos a realizar: ( ) Atuar na central de doações ( ) Atuar no acolhimento de pessoas (cozinha, limpeza, organização do espaço, etc) ( ) Atividades lúdicas para famílias acolhidas ( ) Outras. Quais: _____

MUNICÍPIO DE JABORÁ

DEFESA CIVIL
SANTA CATARINA